

A economia solidária como utopia concreta

Manuela Salau Brasil *

Resumo: A economia solidária, inspirada nos socialistas utópicos, irrompe inicialmente como alternativa ao trabalho, renda e emprego. O objetivo deste texto é apresentá-la também como uma utopia concreta, para isso utilizando-se da perspectiva de Ernst Bloch. Pensar a economia solidária como “antecipação do real”, como possibilidade concreta que já se manifesta no presente mas que “ainda não” se apresenta de acordo com suas potencialidades. Que carrega em si uma crítica da sociedade atual e que, ao invés da inação ou desmobilização, vivencia práticas de transformação visando uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: economia solidária; utopia; Ernst Bloch.

Abstract: Solidarity economy, inspired by the utopian socialists, emerges as an alternative to labor, income and employment. The objective of this text is to present it as a concrete utopia as well, drawing on Ernst Bloch's perspective. Also, to think of solidarity economy as an “anticipation of the real”, a concrete possibility which already manifests itself in the present, but “not yet” lives up to its potentialities. And embodies a critique of current society and, rather than inaction or demobilization, experiences transformation practices aiming at a more just society.

Key words: solidarity economy, utopia, Ernst Bloch.

Introdução

A economia solidária (re)surge num momento de crise econômica e social nas últimas duas décadas do século XX. Estas crises se traduzem no aparecimento da “nova pobreza”, no aumento do desemprego, na precarização do emprego. Estes fenômenos são resultados tanto da globalização neoliberal como das políticas econômicas recessivas, ou seja, é fruto de fatores estruturais e conjunturais. Neste contexto a economia solidária, inspirada nos socialistas utópicos e nas experiências cooperativas pós I Revolução Industrial, irrompe não só como alternativa ao trabalho, renda e emprego. Trata-se de algo superior a uma alternativa passageira, a uma simples e episódica resposta a mais uma crise do capitalismo.

A economia solidária possui diferentes dimensões – econômica, política, social, cultural – e todas elas sob influência de uma outra : a dimensão utópica. Por dimensão utópica entende-se uma “visão utópica” ou “conteúdo utópico”, presentes tanto na fala dos trabalhadores que participam destas experiências como também na visão de alguns teóricos e também dos militantes e apoiadores das iniciativas. Por “visão utópica”, consideram-se as

* Economista, doutoranda em Sociologia pela UFPR. End. eletrônico: manuela.lela@bol.com.br

menções sobre mudanças na sociedade, projetos políticos, transformação, outra economia, outra sociedade, outro desenvolvimento, formas alternativas de vida, sonhos. Desta forma, a utopia está inserida no debate sobre economia solidária, para além das questões emergenciais de garantir a sobrevivência de seus trabalhadores.

O objetivo deste texto é argumentar a favor de que a economia solidária se constitui em uma utopia concreta, à luz do pensamento de Ernst Bloch. O artigo está dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais: a primeira com breves comentários sobre utopia- com ênfase na categoria “utopia concreta” em Bloch, e na sequência, sobre economia solidária como utopia.

UTOPIA: a utopia concreta em Ernst Bloch

Qual o sentido em se discutir uma categoria cujo fim já foi decretado, e cujo sentido é, na maioria das vezes, tratado de forma pejorativa? Qual o espaço da utopia na era do real, conforme atesta Badiou (2007, p.97)?

(...) o século [XX] não é de modo algum o das ‘ideologias’, no sentido do imaginário e das utopias. Sua determinação subjetiva maior é a paixão pelo real, por aquilo que é imediatamente praticável, aqui e agora. O século, que diz ele do século? Em todo caso, diz que não é o da promessa, mas sim o da realização. É o século do ato, do efetivo, do presente absoluto, e não o do anúncio ou do porvir.

Como analisar a utopia numa época dita de incerteza, onde reina o signo da imprevisibilidade, da sociedade do risco, da crise em relação ao futuro? Ou, qual o lugar das utopias na dita pós-modernidade, com a desqualificação do social e do político, com a crítica às metanarrativas?

O termo utopia foi empregado pela primeira vez por Thomas Morus (1478-1535), embora seu conteúdo tenha sido expresso em formulações anteriores (Platão, Santo Agostinho, Thomas Munzer, Joaquín de Fiore) e acompanhado por uma tradição messiânica ou cristã (LÉON DEL RIO, 2006).

De sua interpretação como uma sociedade perfeita, uma sociedade de iguais, o termo atualmente (e isso começa no século XVII) é desqualificado. Utopia como algo desmobilizador, como uma busca ao que nunca vai se realizar, como um futuro inatingível, como algo “improdutivo”. Na perspectiva de relacionar a utopia com economia solidária, o conceito de Cattani (2003, p. 269) é esclarecedor:

Utopia é desejo de alteridade, é convite para a transformação que constrói o novo, é a busca da emancipação social, é a conquista da liberdade [...] Utopia não é um conceito nem um quadro teórico, mas uma constelação de sentidos e projetos. A verdadeira utopia é a visão crítica do presente e dos seus limites e uma proposta para transformá-lo positivamente.

Sendo várias as interpretações sobre o tema, a opção é por privilegiar a obra de Ernst Bloch, especialmente a categoria “utopia concreta”. De família judia, nasceu em 8 de julho de 1885 na Alemanha (Ludwigshafen) e morreu em Tübingen em 4 de agosto de 1977. Estudou filosofia, além de música e física. Conviveu com Simmel, Lukács, Jaspers, Weber. Crítico do nazismo, exilou-se (a partir de 1938) em lugares como Zurich, Paris, Viena, Praga, EUA, retornando para a Alemanha em 1949. Foi classificado como marxista revisionista, marxista marginal, marxista heterodoxo ou humanista socialista. Sobre sua relação com o marxismo, Albornoz (1998, p.10) declara:

Em toda a sua trajetória Bloch acompanhou Marx na crítica radical à sociedade burguesa; na defesa da união da teoria e da práxis transformadora; e na aposta no proletariado como sujeito privilegiado da história, *quando e onde se realiza ao máximo a alienação humana*. O proletariado é para Bloch a força revolucionária que pode realizar a utopia concreta do presente. Se Bloch se distancia do marxismo, é na sua avaliação das superestruturas em sua relação com a infra-estrutura econômica.

E desta forma, complementa:

É evidente que o marxismo blochiniano é *sui generis*, com elementos distintivos, alguns recebidos de tradições muito antigas, outros novos e originais. Entre estes sobressai uma nova maneira de ver os elos entre as infra-estruturas econômicas e sociais e as superestruturas culturais. Estes elos são concebidos como íntimos, complexos e dialéticos. As produções chamadas espirituais, tais como a arte, a ciência ou a religião, são também materiais. Aliás, a utopia e a ideologia se distinguem mas se misturam e sucedem nos momentos de afirmação, apogeu e decadência de uma cultura, ligada à história de uma classe social (ALBORNOZ, 1998, p.31).

Sobre os revisionistas, o próprio autor declara: “(...) confundiram concretude com empirismo, porque nem sequer queriam viajar.[...]para os reformistas o movimento passou a ser tudo, o alvo, nada. E dessa forma o próprio caminho acabou”(BLOCH, 2006, p.176).

Bloch articula e revisita termos como esperança, utopia, imaginação, sonhos. Segundo ele, enquanto os sonhos noturnos apontam para o passado e devem ser

interpretados, os sonhos diurnos dizem respeito ao futuro e devem ser colocados em prática. Os sonhos diurnos se distinguem quanto à maturidade, o que significa que nem todos eles são passíveis de realização. Assim, a imaginação revela uma tendência ao real, apontando para a possibilidade e a virtualidade, enquanto a fantasia não possui tal tendência e por isso alude a alienação. Importante salientar que nem todo o sonho é possível, e nem todo possível é real. Para isso, distingue as utopias concretas das abstratas, e são as primeiras que conformam as possibilidades reais. Albornoz identifica as utopias abstratas:

As utopias abstratas são aquelas elaborações imaginárias sem esperança de realização; correspondem, aproximadamente, ao sentido ainda hoje mais difundido, mais comum da palavra utopia; não têm fundamento nas possibilidades reais objetivas nem subjetivas; pelo menos, não os têm nas possibilidades em germe no presente. Sonhar, por exemplo, com uma sociedade onde todos sejam felizes, ao mesmo tempo e da mesma maneira, é com certeza uma utopia abstrata, sem nenhuma chance de realização, se consideramos o modo de ser atual dos homens e do mundo (ALBORNOZ, 1998, p.22).

A autora continua, agora enfatizando as utopias concretas:

De outro lado, o sonho de uma sociedade socialista, onde a participação e o poder dos trabalhadores sejam efetivos, deixa de ser um sonho impossível para esboçar uma utopia concreta, com sólidos indícios de constituir uma possibilidade próxima da realização, inserida no real mesmo e no momento presente” (ALBORNOZ, 1998, p. 23).

Ainda sobre esta categoria, Albornoz explica:

A utopia concreta leva em conta as possibilidades reais do existente atual. Faz-se acompanhar da ‘lente de detetive’, da atitude do cientista que analisa as condições reais a ponto de ver as possibilidades nelas ainda não realizadas. A utopia concreta do nosso tempo seria, segundo Bloch, o marxismo e a construção da sociedade socialista. O olho do detetive faz a corrente fria do marxismo. A corrente quente é a do otimismo militante e da esperança. É nessa corrente quente do marxismo, no chão da realidade dos sonhos humanos, de onde pode brotar uma nova ética (ALBORNOZ, 1998, p.14).

Sobre a categoria possível, Bloch distingue quatro formas: o possível formal como algo “passível de ser pensado” e por isso sem compromisso nenhum com a realidade; o possível objetivo-factual como uma “condicionalidade parcial”, expresso em “juízo hipotético” ou em “juízo problemático”: “A possibilidade objetivo-factual designa, assim, sempre um estado gradual de fundamentabilidade objetivo-científica em conformidade com

o *caráter incompleto do conhecimento* científico das condições factualmente disponíveis...o juízo é deixado em suspenso” (BLOCH, 2005, p.224).

O terceiro tipo de possível é o “possível conforme a estrutura do objeto real” e indica “(...) uma cautela factual por ocasião de juízos, geralmente no modo de uma pergunta que continua repercutindo, no modo de uma reserva factual [...]. O possível objetual não vive das condicionantes insuficientemente *conhecidas*, mas das condicionantes insuficientemente *manifestadas*” (BLOCH, 2005, p. 227).

O quarto tipo de possível, “possível objetivo-real” prevê a existência das condições objetivas e subjetivas para a realização de um objetivo, e de acordo com o autor:

O realmente possível principia com o germe em que foi disposto o vindouro. O que nele está pré-formado procura desdobrar-se, todavia não como se anteriormente já existisse, comprimido no menor espaço possível. O próprio "germe" ainda se encontra diante de muitos saltos; no próprio desdobramento, a "disposição" desdobra-se em pontos de partida sempre renovados e mais precisos de sua *potentia-possibilitas*. Logo, o possível real no germe e na disposição nunca é algo pronto de modo estanque, que, como algo existente em forma diminuta, apenas tivesse de concluir o crescimento. Ao contrário, ele preserva a sua abertura como desdobramento que realmente significa evolução, não como mero despejamento ou evacuação (op cit, p.235).

A tese de Bloch pode ser sintetizada como “A ainda não é A”, que traz a possibilidade emergente do real, mas que não despreza as condições objetivas da sociedade. Por esta afirmação Bloch argumenta que o homem ainda não é o homem que ele pode ser, bem como a sociedade também não é a sociedade que tem potencialidade de ser. Analogamente, o mesmo raciocínio pode ser estendido para a economia solidária: a economia solidária ainda não é a economia solidária na totalidade de seu potencial. Desta forma, o futuro guarda e aguarda por possibilidades concretas. Vieira comenta:

(...) o fundamental é o futuro, um futuro que não se realiza por fatalidade, num historicismo vulgar, mas por uma necessidade histórica-concreta”. O autor complementa: “A esperança, muito embora tenha um princípio subjetivo, é fundada na práxis histórica, pois as condições sociais apontam em direção ao futuro que, imaginando, se torna real a partir da análise do presente e do passado (VIEIRA, 2007, p. 4).

Portanto, o uso do conceito “utopia concreta” é adequado para analisar a economia solidária neste século XXI, e mais uma vez referindo-se a Albornoz, tem-se que:

O conceito de utopia concreta, configurado na obra de Ernst Bloch, parece não corresponder mais ao ‘lugar comum’ impossível da ilha mitológica, nem é abarcado pelo pensamento desenvolvido sobre os sonhos irrealizáveis, porque nelas aparecem a imaginação dos homens e sua esperança correspondente, como forças concretas imbricadas no real, que aliam um sentido de prospecção histórica, de previsão do futuro, com o de direção e determinação dos rumos da história, pela descoberta e exploração das possibilidades do presente (ALBORNOZ, 2006, p.12).

Boaventura Sousa Santos se define como pós-moderno “de oposição”, e utiliza alguns conceitos de Bloch para construir sua “sociologia das emergências”: “o conceito que preside à sociologia das emergências é o conceito de Ainda-Não [Noch Nicht] proposto por Ernst Bloch” (SANTOS, 2004, p.794). Ao evocar Bloch, no entanto, não deixa de discordar de sua raiz marxista, e por isso afirma:

Fiel ao marxismo que, aliás, interpretou de modo muito criativo, Bloch entende que a sucessão dos horizontes conduz ou tende a conduzir para um estado final. Penso, contudo, que não concordar com Bloch a este respeito não é coisa de monta. A ênfase de Bloch está na crítica da concepção mecânica da matéria, por um lado, e na afirmação de nossa capacidade para pensar e agir produtivamente sobre o mundo (...) (SANTOS, 2004, p.795).

A controvérsia entre Bloch e Marx (e o marxismo) já foi mencionada, mas não é demais reforçar esta relação, agora nas palavras do próprio Bloch:

Marx investiu mais de nove décimos de seus escritos na análise crítica do agora, abrindo relativamente pouco espaço para adjetivações do futuro. Por esse motivo, Marx deu à sua obra, como se observou com razão, o nome de O Capital, e não, por exemplo, de Convocação para o socialismo. [...] Não pinta um paraíso na terra, mas desvenda o mistério da obtenção de lucros e o mistério, quase mais complicado, da distribuição dos lucros. [...] fundamenta a dialética da história, que leva a tensões, utopias, revoluções, sendo primeiramente dialética material.[...] combate tanto o empirismo apegado quanto o utopismo sobrevoante. [...] toda a obra de Marx serve ao futuro, mas não como futuro pintado em cores abstrato-utópicas. Pelo contrário, como futuro que é iluminado de forma materialista-histórica sob e a partir do passado e da atualidade, portanto, das tendências atuantes e persistentes, a fim de ser dessa maneira um futuro conscientemente moldável (BLOCH, 2006, pp.175-176).

O autor continua, relacionando Marx e a utopia concreta:

A partir de Marx explicitam-se a inserção da mais audaz intenção no mundo que acontece, *a unidade da esperança e da noção do processo*, enfim, o realismo.[...] importa para a utopia concreta compreender com exatidão o sonho de seu objeto, inerente ao próprio movimento histórico, Como uma utopia mediada

com o processo, importa-lhe destacar as formas e conteúdos que já se desenvolveram no seio da sociedade atual.[...] A utopia concreta vinculada ao processo existe nos dois elementos fundamentais da realidade compreendida em termos marxistas: em sua *tendência*, como tensão do que está na vez mas é tolhido; e em sua *latência*, como elemento correlato das possibilidades reais objetivas ainda não realizadas no mundo” (BLOCH, 2006, p.177)

Bloch conclui, sem deixar dúvidas:

(...) o marxismo representa a primeira porta para a condição que remova causalmente a espoliação e a dependência, logo a porta para um incipiente ser como utopia. Estabelece a libertação do destino cego, da necessidade indecifrável, aliado ao ato concreto de fazer recuar a barreira natural. Pelo fato de os seres humanos conscientemente fazerem história pela primeira vez, dissipa-se a aparência daquele destino que foi produzido e inconscientemente transformado em fetiche pelas próprias pessoas na sociedade de classes. Destino é necessidade não decifrada, não dominada. Liberdade é necessidade dominada da qual desapareceu a alienação e da qual emerge verdadeira ordem, a saber, o reino da liberdade. A utopia tornada concreta fornece a chave para ele, para a ordem não-alienada na melhor de todas as sociedades possíveis (BLOCH, 2006, p.178).

Identificada com o socialismo utópico, a economia solidária é uma experiência social em construção, portanto, seus limites e suas possibilidades ainda não estão dados. Partindo de uma crítica à sociedade atual, que produz e reproduz o desemprego e a desigualdade, carrega em si uma utopia concreta – já em construção.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma utopia concreta

A economia solidária (re)surge como alternativa de trabalho e renda, abrigando experiências orientadas para o trabalho coletivo e fundada em valores e princípios que se contrapõem aos do sistema capitalista. O termo economia solidária remonta às experiências do cooperativismo do século XIX, naquilo que se constituiu como reação à Revolução Industrial, e tem na “Cooperativa de Consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale” na Inglaterra (1844), seu exemplo emblemático. Em relação às contribuições teóricas pode-se citar Robert Owen e a Aldeia Cooperativa na Inglaterra, Charles Fourier e os falanstérios na França, Saint-Simon, Pierre Proudhon, Charles Gide, Ferdinand Lasall, reconhecidos como “socialistas utópicos” (RECH,2000; SINGER,2002).

A economia solidária está presente na forma de cooperativas, associações, clubes de troca, feiras solidárias, empreendimentos autogestionários, desde que preservados seus

princípios e valores: a autogestão – ao invés de heterogestão, a cooperação – no lugar da competição, a substituição do individualismo pela solidariedade e a centralidade que era do capital agora é do trabalho.

Segundo o “Atlas da Economia Solidária no Brasil” existem 14.954 empreendimentos econômicos solidários, abrangendo 1.251.882 trabalhadores numa pesquisa realizada em 2.274 municípios no ano de 2005. (BRASIL) São várias as origens destas atividades, passando por lutas de movimentos sociais, sindicatos, igrejas, pastorais, universidades, organizações não-governamentais, além do poder público. Atualmente a economia solidária constitui-se como parte da política pública de alguns municípios e estados, contando ainda com uma Secretaria Nacional, criada em 2003.

Entre tantos temas complexos e polêmicos sobre a economia solidária, destaca-se a sua relação com o capitalismo, aqui brevemente resumidas em dois extremos: a desqualificação da economia solidária como forma capaz de substituir o capitalismo, e o contrário, a legitimação desta proposta como um novo modo de produção capaz de superar o atual. Entre estes extremos há ainda a perspectiva de convivência entre eles, seja pela integração ou pelo conflito.

Singer (2002, p.114, grifo nosso), argumentando a favor da economia solidária como alternativa ao capitalismo, explica:

A economia solidária **é ou poderá ser** mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*.[...] A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor.

Singer deixa claro sua visão utópica em relação à economia solidária, o “ainda não” que se expressa pelo “é ou poderá ser”. No entanto, esta não é uma posição unânime, e a utopia de Singer é alvo de várias críticas. Para outros autores, além de não se constituir em um modo de produção, é percebida como política compensatória, como funcional ao sistema, forma de minimizar conflitos, e até mesmo como barreira para uma verdadeira e necessária transição ou transformação. Tais visões não compartilham portanto, da utopia de

Singer, que vai ao encontro da tese de que a economia solidária “ainda não” é a economia solidária de acordo com suas possibilidades.

Como exemplo de argumentos contrários ao de Singer, considera-se a declaração de Antunes (1999, pp. 113-114):

(...) Como mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural, elas cumprem uma efetiva [ainda que limitadíssima] parcela de ação. Porém, quando concebidas como um momento efetivo de *transformação social em profundidade*, elas acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, ‘substituir’ as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital.

Na mesma visão crítica, tem-se “(...) a economia solidária não oferece elementos significativos para uma melhor compreensão dos passos para a transição para além do capital, ou seja, para o que costumamos chamar de socialismo mesmo que não queiramos estabelecer laços com o ‘socialismo real’” (CARLEIAL; PAULISTA, 2007, p. 3).

Mais uma amostra das críticas que a “utopia militante” de Singer é destinatária pode ser ilustrada por Ribas e Debiazi (2007, pp. 9-10):

Estariamos, portanto, frente a uma nova e idílica agenda para a luta política contra a ordem capitalista, segundo o qual o crescimento quantitativo de grupos produtores autônomos poderia gerar uma espécie de nova síntese prática que, num certo momento histórico operaria uma mudança qualitativa, de tal sorte que pudesse constituir-se como uma alternativa destinada a suplantar o próprio capitalismo [...] atribuir à economia solidária o potencial histórico emancipatório corresponderia a obscurecer a ideologia, inibir, desconhecer e negar a superação da ordem capitalista.

A respeito deste debate, Lisboa (2007, p. 378) reflete: “Esse falso dilema hace que muchos nieguen la economía solidaria, pues ésta no sería revolucionária sino reformista, además de funcional al neoliberalismo y su dinámica de dessalariamento y tercerización”. Diante disso, recorre a Dussel que considera a categoria transformação no lugar de revolução. De acordo com este autor: “(...) para a Ética da Libertação, de modo diferente da de Luxemburg, a ação ética contrária à práxis funcional [a que se cumpre em o sistema sem contradição] ou reformista [a que se tem má consciência e quer explicar criticamente as razões de sua ação conformista] não é a ‘revolução’ mas a transformação” (DUSSEL, 2007, p. 539).

Esta discussão infindável sobre o futuro da economia solidária diante do futuro do capitalismo, não deve obscurecer os ganhos da economia solidária, bem como as motivações dos trabalhadores frente a esta opção.

De acordo com Gadotti e Gutiérrez (2005, p. 9): “A maior parte dessas organizações de economia popular nasceu como resposta a necessidades de sobrevivência, mas, em muitos casos, também como estratégia de vida, isto é, como opção de vida que vai além da simples subsistência”

Pode-se considerar a possibilidade de que existam empreendimentos ou organizações que, criadas sob o signo da necessidade, se tornam posteriormente – ou ao mesmo tempo – uma opção de vida. Esta opção de vida contempla uma opção também por outra sociedade, uma sociedade diferente da atual: uma visão utópica.

Gutiérrez (2005, p. 10) afirma:

Os problemas sociais não se dão em abstrato, mas se concretizam numa sociedade historicamente determinada, ou seja, localizada em coordenadas precisas de espaço e tempo. Essa é a razão pela qual os grupos produtivos não podem nem devem ser considerados como projetos exclusivamente econômicos, mas como projetos sociais que demandam soluções globais. Um grupo local tem razão de ser enquanto implica um potencial político como parte de uma entidade comunitária nacional. É por isso que o agir orgânico e o grupo comunitário têm que se assentar na utopia social, isto é, na utopia concebida como a antecipação de uma sociedade melhor que a presente. Esta visão utópica é, em consequência, o referente obrigatório que motiva e alimenta o agir orgânico do grupo comunitário.

A questão sobre a utopia ronda as discussões sobre a economia solidária, mas parece assunto – tabu, sendo negligenciado devido a primazia das condições econômicas dos empreendimentos. Qual o potencial que os princípios, valores e as práticas destas organizações de trabalhadores têm de fazer nascer e sustentar novas formas de trabalho, novas formas históricas capazes de inspirar e instaurar as bases para uma nova sociedade? Quem são os sujeitos que podem levar adiante esta proposta? Considerando que é herdeira dos socialistas utópicos, como pode escapar daquilo que fez fracassar estas formas anteriores? Seria a economia solidária, de acordo com o “utopista marxista” Ernst Bloch, a utopia concreta do século XXI? Como esta utopia pode se constituir em um projeto político, em movimentos que levem a ação e transformação da sociedade? É possível realizar utopias? A este respeito Albornoz pondera:

Na acepção da palavra que se insinua já num primeiro contato com a obra de Bloch, convivemos com a ‘utopia’ em nossa vida concreta, no cotidiano como nos movimentos sociais e políticos: nas lutas socialistas, nas organizações revolucionárias, nos grupos alternativos, no movimento de mulheres, no movimento negro, no movimento ecológico, nas comunidades religiosas, em certos grupos de artistas, e mesmo dentro de partidos políticos (2006, p.12).

E, por extensão, defende-se que nas experiências de economia solidária também há esta convivência com utopias concretas. Cattani lembra que muitas conquistas atuais já foram vistas como utópicas, exemplificando: “Entre as mais importantes realizações hoje incorporadas à vida social, mas que, no seu início, eram consideradas utópicas, destaca-se a luta contra o trabalho escravo e o emprego legal da tortura” (CATTANI, 2003, p.273).

Santos (2005, p.16), ao escrever sobre o Fórum Social Mundial, observa que sua utopia “afirma-se mais como negatividade [a definição daquilo que critica] do que como positividade [a definição daquilo a que aspira]”. Servindo-se do mesmo referencial, acredita-se que a economia solidária sustenta a utopia em seus dois sentidos, uma vez que faz a crítica e é também propositiva. Recorrendo-se novamente à Bloch, finaliza-se: “(...) a categoria do utópico possui, além do sentido habitual, justificadamente depreciativo, também um outro que de modo algum é necessariamente abstrato ou alheio ao mundo, mas sim inteiramente voltado para o mundo: o sentido de ultrapassar o curso natural dos acontecimentos” (BLOCH, 2005, p. 22).

Considerações finais

Discutir utopia não significa estimular visões românticas de uma sociedade perfeita ou idealizar uma sociedade sabidamente impossível. Diante das experiências de economia solidária, tem-se uma utopia que considera os conflitos e as lutas, participa das disputas políticas, reconhece seus limites e investe em suas potencialidades, suas possibilidades concretas. É a utopia que move, que é ação, práxis, e que já está em processo no âmbito da economia solidária como uma utopia concreta. Identificar, explicitar, reconhecer, discutir e assumir este caminho é parte do “ainda não” desta utopia.

Referências:

ALBORNOZ, S. *O enigma da esperança*: Ernst Bloch e as margens da história do espírito. Petrópolis: Vozes, 1998.

- ALBORNOS, S. *Ética e utopia: ensaio sobre Ernst Bloch*. 2ª ed. rev. Porto Alegre: Movimento; Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2006.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BADIOU, A. *O século*. São Paulo: Idéias & Letras, 2007.
- BLOCH, E. *O Princípio Esperança*. v. 1. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.
- BLOCH, E. *O Princípio Esperança* v. 2. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. Brasília, 2006.
- CARLEIAL, L.M.; PAULISTA, A. Economia solidária: utopia transformadora ou política de controle social? In: *V CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DEL TRABAJO*. Montevideo, 2007.
- CATTANI, A. D. "Utopia" In: _____ (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.
- DUSSEL, E. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M.E. Orth. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.
- LISBOA, A. M. "Economía solidaria: una reflexion a la luz e la ética Cristiana" In: CORAGGIO, J. L. (Org.). *La economía social desde la periferia – contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2007.
- LEÓN DEL RÍO, Y. Historia y lógica del concepto de utopia. *Utopia y Práxis Latinoamericana*, v. 11 nº 34, Maracaibo set. 2006. Disponível em: <www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttest&pid=S1315-521620060003000>. Acesso em 11/06/2008.
- RECH, D. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- RIBAS, C.; DEBIAZI, R. E. Economia solidária: uma alternativa ao desemprego? In: *V CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DEL TRABAJO*, Montevideo, 2007.
- SANTOS, B. S. *Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, B. S. (org) *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VIEIRA, A. R. Princípio esperança e a 'herança intacta do marxismo' em Ernest Bloch. In: *5º Colóquio Internacional Marx-Engels*, 2007, Campinas. Anais do 5º Colóquio Internacional Marx-Engels. Campinas : CEMARX/UNICAMP, 2007.